

Nós vamos deixar de gastar, por exemplo, o tanto que gastamos com a Febem - que, agora, virou Fundação Casa, esse nome até diferente. Nós vamos deixar de gastar com presidios. Nós temos, hoje, 700 mil presos no Brasil. Estamos quase batendo a Rússia, já. Vamos virar a quarta população carcerária do planeta. Esses presos custam uma fortuna para os cofres do Estado. Por quê? Porque não temos um sistema educacional à altura, para fazer aquilo que as famílias de classe média sabem muito bem o que é: educar seus filhos.

Hoje, infelizmente, nós temos famílias que estão absolutamente desestruturadas. Quem visita as escolas sabe disso. O professor ou o diretor de escola fala ao deputado sobre a família que acompanha o aluno.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Gostaria de ceder parte do meu tempo ao nobre deputado Raul Marcelo, para que conclua seu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, deputado José Zico Prado. Aliás, parabéns pela volta à Assembleia. Vossa Excelência é defensor ferrenho dos agricultores do Estado. Já estivemos juntos em uma Frente Parlamentar pela Reforma Agrária. Quero dizer que é uma honra estar com V. Exa. no plenário. Muito obrigado pelo tempo.

As famílias estão desestruturadas. Os professores e diretores de escola sabem: quando o pai acompanha o filho nas reuniões escolares e se interessa pela educação do filho - mesmo que seja uma escola de periferia, que não tem nenhuma quadra coberta, toda arrebitada, com o crime organizado na porta -, esse filho tem um rendimento melhor na escola.

O problema é que, no Brasil, nós temos uma geração inteira que não teve a cultura de ir para a escola e valorizar a escola. A ditadura deixou isso como herança para nós. Isso ocorre com cerca de 30% da nossa população, do nosso povo. Às vezes, o pai, coitado, não tem nem condição de saber a importância da Educação para o futuro do seu filho. E não o acompanha.

Então, o Estado tem que chamar para si essa responsabilidade, que, muitas vezes, é da família. Você vai à casa de uma pessoa para fazer reunião, às vezes, em um bairro, e não há nada escrito na casa. Às vezes, é só a Bíblia em cima da televisão. Não há um livro, uma revista ou um jornal. Não há nada. Como uma criança dessa família vai conseguir, depois, assimilar a cultura das letras, que é a nossa cultura, hoje?

Aonde vamos, há coisas escritas. Aqui, o plenário está cheio de cartazes, faixas e documentos. Tudo tem escrita, mas não há nada escrito naquele ambiente familiar. É por isto que, no Brasil, a Educação tem que receber um investimento monumental: porque ela precisa cumprir um papel que, muitas vezes, é das famílias. Temos famílias inteiras que foram legadas a quase um processo de obscurantismo no Brasil, que não tiveram acesso a nada. É caro fazer um sistema de Educação. Por isso que eu acho um erro, Sr. Presidente.

Quero chamar a atenção da Casa, principalmente dos deputados que vão lotar o plenário para discutir, depois, a 3ª e a 4ª Secretarias - porque esse é um tema que, de fato, mobiliza a Casa. Há parlamentar que está muito preocupado com a 3ª e 4ª Secretarias. Agora, os dois bilhões e meio de reais que estão em vias de ir para a Previdência, e não para a Educação e para a Saúde, são um assunto de menos importância. Infelizmente, temos essa situação, hoje.

Sr. Presidente, é por isso que precisa ser alocado esse dinheiro na Saúde e na Educação - a mais, além dos 30 por cento. É verdade. São Paulo gasta mais. Porém, olhem o tamanho da riqueza do nosso Estado. Aliás, se nós formos medir o tamanho da riqueza do nosso Estado e a proporção dessa riqueza que vai para a Educação, uma questão aparece.

Há um trabalho que foi publicado, agora, pelo Sindicato dos Professores da Universidade de São Paulo, na Adusp, uma revista semanal que eles fazem. Lá, dizem que, se São Paulo fosse um país, seria o país que menos investe em Educação na proporção com a riqueza que temos aqui no estado de São Paulo. Nossa média é de 3,7% do PIB, enquanto no Brasil e nos outros estados da Federação a média é de 4,7% do PIB.

Portanto, nosso estado é riquíssimo. O interior de São Paulo é uma potência imensa, com plantas industriais, setor químico, portos. No entanto, para o setor público, para a área da Saúde e da Educação, principalmente para a Educação, o investimento é baixíssimo. Há pouco dinheiro na Educação. Apenas 30%, para o tamanho da riqueza de São Paulo, é pouco. Só na Rede de Ensino Fundamental são 3 milhões e oitocentas mil crianças. A Educação está ruim, todo mundo sabe disso.

Neste momento, na minha avaliação e na avaliação do deputado Carlos Giannazi, com quem fiz uma reunião para tratar disso, esses recursos são sagrados, fruto da descoberta de engenheiros brasileiros e de um esforço imenso que o Brasil fez ao longo do século passado.

Houve presidente que deu tiro no peito para que a Petrobras estivesse aqui até hoje. Houve quem quisesse vender a Petrobras, mas ela não foi vendida. É uma luta do povo brasileiro. Agora descobrimos o pré-sal, o que pode ajudar a desenvolver o nosso país, e o governador quer pôr o dinheiro na Previdência, para cobrir um problema que eles geraram.

A Previdência é importante, não estou dizendo que não é. Ela é fundamental. No entanto, esse dinheiro vai ficar esterilizado se for para a Previdência. Se for para a Educação, poderá aumentar a produtividade de São Paulo, poderá diminuir os gastos com a criminalidade, com a Febem, com os presidios, e por aí vai, teremos um retorno muito maior.

Muita gente, principalmente os liberais, advogava nos anos 1990 que, para resolver o problema da Previdência, tinha que fazer isso, dar um corte geral nas áreas sociais e fechar a conta de quitanda no fim do ano para sanear a Previdência. Mas o crescimento econômico destes últimos anos mostrou que não, que quando se investe na produção, a economia cresce, gera mais emprego, aumenta a arrecadação do governo, e o problema da Previdência desaparece no tempo.

É nisto que temos que apostar: em uma discussão de longo prazo sobre a Previdência de São Paulo. Afinal, se formos abrir mão desses recursos para fechar conta de quitanda e pôr todo esse dinheiro na Previdência, iremos deprimir ainda mais a economia de São Paulo, que a cada ano que passa está perdendo importância em relação aos demais estados da Federação.

A cada ano, aquilo que já foi a locomotiva do Brasil está começando a deixar de ser, porque a Educação, a Ciência e a Tecnologia estão paradas no estado de São Paulo. Existe uma pasmaceira nessa área, sem inovação. Portanto, Sr. Presidente, a aprovação desse projeto só pode acontecer se houver a emenda que diz que se mantêm os 30% e o dinheiro do pré-sal vem como um adicional para a Educação. Se esse dinheiro for computado, em minha avaliação isso é um erro tremendo.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado, pelo tempo restante de nove minutos e catorze segundos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é uma satisfação estar aqui. Fiz questão de me inscrever, pois é um assunto que me interessa muito quando há recursos para fazer com que o Feap tenha melhores condições de atender o pequeno e o médio agricultor.

Ouvi atentamente o discurso do deputado Raul Marcelo sobre a história da Petrobras. Todos nós sabemos que há um projeto no Senado hoje para que a Petrobras saia da mão do Estado e passe para a iniciativa privada, um projeto de lei do senador José Serra. Espero que isso não entre em debate, pois é um projeto que não interessa em nada ao povo brasileiro.

O deputado Barros Munhoz foi muito feliz quando disse que é um recurso a mais. É lógico que é um recurso a mais, mas também pode ser um recurso a mais para a Educação, e era isso que o deputado Raul Marcelo estava dizendo para todos nós. Será um fortalecimento para a Educação receber esse recurso do pré-sal. É um projeto aprovado em nível nacional, não é um projeto apenas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O estado de São Paulo não vai receber pouco recurso do pré-sal, vai receber muito recurso, porque uma das grandes bacias do pré-sal está aqui no estado de São Paulo: na bacia de Santos. Então, precisamos discutir isso, mas não para pegar esse recurso do pré-sal e tampar um buraquinho aqui e ali. Precisamos discutir para saber onde investir para gerar riqueza, para fortalecer a agricultura.

Hoje, o Fiape tem um recurso insignificante para a agricultura do estado e os governos tucanos fizeram o quê pela agricultura do estado nestes anos todos?

O estado de São Paulo já investiu 1.2 do Orçamento na agricultura. Sabe quanto está no PPA agora? Zero ponto quarenta e oito. A agricultura no estado de São Paulo vai acabar porque não há recursos para pagar os seus técnicos. A maioria deles está envelhecendo e se aposentando e não há reposição desses técnicos.

Criamos uma Frente Parlamentar nesta Casa para fazer com que a agricultura tivesse condições mínimas de se manter no estado, mas para isso é preciso ter uma política e estou muito à vontade para falar porque já estive com o secretário Arnaldo Jardim, mesmo não estando no exercício do mandato. Fui recebido pelo secretário e coloquei minha preocupação sobre essa questão. Esse recurso do pré-sal não resolve o problema da agricultura. É a mesma coisa, deputado Raul Marcelo, que V. Exa. falava: ele vai tampar um buraquinho lá no Fiape, mas não vai resolver o problema porque a agricultura está sucateada no estado de São Paulo. Nós não temos institutos de pesquisa. Estão todos sucateados. A agricultura no estado de São Paulo não avançou nestes últimos 20 anos em que os tucanos estão no governo. Por quê? Do meu ponto de vista, porque aqui no estado de São Paulo existem duas grandes monoculturas: a cana e a laranja. A cana não precisa da Secretaria da Agricultura para se manter, nem a laranja. Elas têm recursos próprios e investeem naquilo que precisam. Agora, o pequeno e médio agricultor sabe que esses recursos não chegam. Esse valor disponibilizado para o Fiape não vai resolver o problema. O Fiape precisa atender a mais de 200 mil propriedades pequenas e médias no estado. Dividam quarenta e oito milhões e vejam quanto dá para cada família! Não dá para fazer a cerca de um chiqueiro. É por isso que venho à tribuna fazer uma discussão mais aprofundada dos recursos destinados ao Fiape.

Tinhamos o Banespa. Era o banco de fomento da agricultura. O agricultor tinha seu financiamento. Os tucanos acabaram com o Banespa.

Depois criou-se o Fiape.

O Fiape pega recurso de quem? Do estado e o Banespa era um meio de arrecadação para a agricultura do estado.

Esta visão tucana de administrar a agricultura contaminou o estado todo porque hoje a maioria dos prefeitos - está presente o prefeito de Araçatuba Cido Sérgio e vai concordar comigo - pensa em chegar no deputado e pedir uma emenda ou então se não tem com o deputado levar uma indústria para a sua cidade que está precisando de emprego. E a cerca de arame com o gado já está no fim do município dele. Ele não pensa que aquilo pode gerar recursos.

Qual o projeto para a agricultura que nós temos para o estado de São Paulo? Esse governador já pensou em fazer um projeto para a agricultura no estado de São Paulo? Bem, e nem pode porque não tem funcionário para isso.

Então, essa questão que estamos discutindo aqui ainda não vai resolver o problema. Pode colocar esses recursos do pré-sal que não vai atender à agricultura familiar, não vai atender à agricultura orgânica, nobre deputada Ana do Carmo, V. Exa. que luta e que trabalha bastante com isso.

Sobre essa questão de recurso para o Fiap para a agricultura, nós temos que ter um banco de fomento. E o estado de São Paulo tinha um banco de fomento e o jogou fora.

Só um banco pode fazer isso. Foi isso que criou todo o desenvolvimento da agricultura. O Pronaf do governo federal vem de onde? De onde vem o recurso? Vem através do Banco do Brasil, que é um banco estatal para fazer esse recurso, que administra esses recursos do Pronaf. E aqui no estado de São Paulo? Qual é o órgão que nós temos aqui no estado de São Paulo, a não ser lá na Secretaria da Agricultura, onde temos um representante da Assembleia Legislativa, representante dos agricultores que fazem o debate? Lá temos os recursos que têm que ir para a pesca, para o milho, para a laranja. E são 48 milhões. Isso não dá. Se dividir para cada setor não dá um milhão para cada um, num universo de 200 pequenas e médias propriedades existentes aqui no estado de São Paulo.

Estou alertando para que possamos fazer uma discussão um pouco maior, e não só colocar aqui. Ouvi aqui o discurso do nobre deputado Davi Zaia, eu acho que é um recurso que nós não podemos desprezar, mas essa não é a discussão que está colocada na Ordem do Dia. A discussão colocada aqui na Ordem do Dia é qual o projeto para a agricultura no estado de São Paulo. Esse é o debate que nós queremos efetivamente fazer aqui na Casa.

E para fazer esse debate, para começar, nós temos que ter qual é a proposta e o projeto das regiões do estado de São Paulo. Temos que conhecer as suas diferenças agrícolas. Deputada Leци Brandão, nós não podemos tratar o Vale do Ribeira como tratamos a região de Ribeirão Preto, pois são totalmente diferentes uma da outra.

A agricultura tem também suas diferenças.

Por isso, Sr. Presidente, quero terminar aqui dizendo que nós queremos fazer um debate melhor sobre essa questão da agricultura no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental. Antes porém, esta Presidência faz a seguinte convocação: Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Resolução nº 03/2015, de autoria do deputado Carlos Cezar, que altera o Art. 10, Cap. da Resolução 576 de 1970, com as respectivas alterações de forma consolidada. Havendo acordo de líderes esta Presidência antes de dar por levantados os trabalhos convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à mesma hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 53 minutos.

20 DE OUTUBRO DE 2015 63ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CARLÃO PIGNATARI, CARLOS CEZAR, MARCOS NEVES e FERNANDO CURY
Secretários: JOÃO PAULO RILLO, CARLOS CEZAR, IGOR SOARES, CAIO FRANÇA, CHICO SARDELLI e ALEXANDRE PEREIRA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e abre a sessão. Põe em discussão o PR 03/15.

2 - CAMPOS MACHADO

Solicita uma verificação de presença.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defera o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ao constatar quorum regimental.

4 - CAMPOS MACHADO

Para Questão de Ordem, discorre sobre a Adin ajuizada no STF, contra a Emenda Constitucional 74/2013, que deu autonomia administrativa e financeira à Defensoria Pública da União. Questiona se os projetos protocolados pela Defensoria Pública do estado de São Paulo, que dispõe sobre sua estrutura administrativa, financeira e fixação de vencimentos, sem aquiescência da Casa Civil ou Governo do Estado atendem às exigências regimentais ou constitucionais para trâmite legislativo.

5 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Afirma que a Questão de Ordem será respondida oportunamente.

6 - CAMPOS MACHADO

Discute o PR 03/15.

7 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência.

8 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

9 - CARLOS CEZAR

Discute o PR 03/15 (aparteado pelos deputados Caio França, Ricardo Madalena e Igor Soares).

10 - MARCOS NEVES

Assume a Presidência.

11 - CAMPOS MACHADO

Solicita uma verificação de presença.

12 - PRESIDENTE MARCOS NEVES

Defera o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ao constatar quorum regimental.

13 - CAMPOS MACHADO

Discute o PR 03/15.

14 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

15 - CAMPOS MACHADO

Solicita uma verificação de presença.

16 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defera o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ao constatar quorum regimental.

17 - CAIO FRANÇA

Discute o PR 03/15 (aparteado pelos deputados Marcos Neves, Igor Soares, Davi Zaia e Carlos Cezar).

18 - FERNANDO CURY

Assume a Presidência.

19 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

20 - TEONILIO BARBA

Discute o PR 03/15 (aparteado pelo deputado Barros Munhoz).

21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Proposição em Regime de Tramitação Ordinária.

Discussão e votação adiada, em 1º turno - Projeto de resolução nº 3, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera o artigo 10, "caput", da Resolução nº 576, de 1970, com as respectivas alterações na forma consolidada. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados João Paulo Rillo e Carlos Cezar para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esta Presidência constata quorum regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados João Paulo Rillo e Carlos Cezar.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, deputado Carlão Pignatari, hoje em exercício na Presidência desta Casa, o que nos orgulha pela sua história de vida. Esse prefeito de Votuporanga tem sua história naquela cidade e hoje representa aquela região não Assembleia Legislativa.

Passo a ler minha questão de ordem:

"Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 260, e seguintes do Regimento Interno, formulo a V. Exa. Questão de Ordem nos seguintes termos:

Encontra-se no Supremo Tribunal Federal, sem julgamento do mérito, Ação Direta de Inconstitucionalidade formulada pela Advocacia Geral da União, em face da Emenda Constitucional Federal nº 74, que estabelece autonomia orçamentária e administrativa da Defensoria Pública da União.

Tal questionamento se funda, especialmente, pelo fato de que a Defensoria é um órgão subordinado ao Poder Executivo, especificamente ao Ministério da Justiça, e portanto não poderia dispor, exclusivamente, de formulação de proposituras que digam respeito aos seus quadros funcionais e/ou vencimento de seus membros.

Considerando que a questão encontra-se "sub judge" perante a mais alta Corte de Justiça do País, depreende-se que, em tese, a nenhuma Defensoria Pública, quer da União, quer dos Estados, não lhes são atribuídas competências para tal fim.

Continuando a argumentação, em tese, e segundo informações que recebemos, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, protocolaria, ou protocolou, nesta Casa projetos de leis complementares dispo do sobre sua estrutura administrativa, financeira e fixação de vencimentos, de maneira autônoma e independente, sem qualquer aquiescência ou ciência da Casa Civil ou do Governador do Estado, tal procedimento seria, ou é, considerado por essa Presidência, como matéria legislativa que atende às exigências regimentais e constitucionais, convalidando-as para ulterior trâmite processual legislativo? Atendendo às prerrogativas da Presidência, quanto ao disposto na alínea "b", inciso II do Art. 18 do Regimento Interno?

Essa é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esta Presidência recebe a Questão de Ordem, que será respondida oportunamente.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Discussão e votação adiada, em 1º turno - Projeto de resolução nº 3, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera o artigo 10, "caput", da Resolução nº 576, de 1970, com as respectivas alterações na forma consolidada. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno.

Para discutir contra, pelo tempo restante de 13 minutos e 50 segundos, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

Vamos todos pedir a Deus que olhe pela mãe do deputado Fernando Capez, que fará uma cirurgia cardíaca amanhã. Ela está sendo internada nesse momento. Por isso que o deputado presidente desta Casa não está presente nesta noite.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, quero pedir aos homens de Deus aqui presentes para que façam silenciosamente uma oração, que consultassem seus corações e suas almas. Olhando para o alto, que eles rogassem ao Altíssimo para que todas as bênçãos do mundo sejam derramadas sobre dona Suraia, mãe do nobre deputado Fernando Capez, que reside esta Casa.

Não há bem mais precioso no mundo do que a mãe. Nada é mais importante e precioso do que um amor de mãe. Neste momento, que os homens de Deus, como o deputado Carlos Cezar, autor desse projeto, se unam em uma só prece em homenagem.

O deputado Fernando Capez queria se manter forte hoje, mas as lágrimas desceram nos seus olhos quando lhe disseram que a mãe iria ser operada do coração e ela estava preocupada porque a cirurgia feita a uma amiga dela tinha sido muito trágica.

Daqui de longe, deputado Fernando Capez, nós, seus colegas, em nome dos homens de Deus, que nesta Casa brilham, rogamos que a sua mãe tenha os olhares benevolentes de Deus para que a cirurgia corra em perfeito êxito. Que Deus ilumine a senhora, dona Suraia, mãe do nosso presidente Fernando Capez.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, dentro do tempo que me resta e que me foi cedido pelo deputado Luiz Fernando, começo falando de alguém que está ausente. Não costumo falar de pessoas ausentes. O deputado Raul Marcelo disse hoje, em alto e bom som, que faltava vergonha ao governador Geraldo Alckmin.

O que menos falta a Geraldo Alckmin é vergonha. É um homem digno, honrado, competente, religioso e de família. É o nome mais apropriado para presidir este País em 2018. Fosse outro o governador, neste momento de crise em São Paulo, nosso Estado estaria em situação lamentável. Com pulso firme, com a sua preocupação com o dinheiro público, nosso governador merece de todos nós o respeito e a admiração.

As mulheres que foram representar o PTB no evento do PTB Mulher, sábado, em Belo Horizonte, voltaram afirmando que bendito seja o estado de São Paulo, que ,nesta tempestade, vive momentos de céu limpo, de perspectivas e de horizontes. Depois me assalta a pergunta de sempre. Quem sabe o que é princípio da inutilidade? Quem sabe me responder o que é princípio da inutilidade? Quem sabe? Não estou falando do princípio da equidade, mas sim o da inutilidade. Vamos dar exemplos.

Os procuradores federais instauraram inquérito policial, para apurar se os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco e Fernando Collor teriam objetos do Palácio. Olhem a inutilidade, estupidez e desfaçatez nisso. Princípio da inutilidade.

Irei responder à questão, levantada pelo deputado Chico Sardelli, na última sessão. Eu, é que quero indagar de novo: o que há na 1ª Secretaria e na 2ª Secretaria, que o "bloco" tanto quer? Eu formulo essa indagação.

Estava reparando os partidos que compõem a Mesa da Casa. Não vi o PTB, não vi. O PTB ocupa a Presidência? Creio que não. Ocupa a 1ª Secretaria? Acho que não. Ocupa a 2ª Secretaria? Não. Ocupa a 3ª e 4ª Secretaria? Não. Ocupa a 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª Vice-Presidências? Não. Deputado Chico Sardelli, o que eu poderia ter de interesse? Quem tem que ter interesse, é quem formula a presente proposta: o Bloco, não o deputado Carlos Cezar.

Quem tem interesse é quem quer participar da Mesa executiva, não eu. Se eu tenho cargos? Tenho sim: a liderança e o meu gabinete. Tem mais cargos? Talvez tenha, porque todos têm dentro desse universo.

Há alguns dias, eu ouvi que temos na 3ª e 4ª Secretarias, 12 cargos que não têm utilidade alguma. Fazemos o que então? Alguém tem que explicar qual é a razão da utilidade, então, deste projeto. Deputado Barros Munhoz, V. Exa. está fazendo todo tipo de exames médicos. Fez quase 40. Faça mais um, procure um médium, talvez o João de Deus.

Quem sabe o médium João de Deus irá lhe dizer o porquê da votação deste projeto. Acho que ele irá responder a essa indagação. Deputado José Zico Prado, V. Exa. sabe quem é o médium João de Deus? Ele é procurado por pessoas do mundo todo. Estou sugerindo ao deputado Barros Munhoz, que já fez mais de 30 exames médicos, que viaje a Minas Gerais e consulte o médium João de Deus.

Por favor, deputado Barros Munhoz, traga-me a resposta que tanto preciso, o porquê de votarmos este projeto. Acho que nem João de Deus irá responder a essa pergunta.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Cezar.

Já falei por mais de quatro horas neste projeto e pretendo falar tanto quanto precise. Como dizia o deputado Davi Zaia, isso é democracia. Platão deve estar se revirando no túmulo. Deve estar indagando qual é o outro entendimento que o deputado Davi Zaia tem sobre democracia.

Diz o deputado Davi Zaia, que somos em 94 deputados e que precisamos participar. Então, para isso, temos que criar 94 secretarias?

Quatro é pouco. Sendo efetivos, temos que criar mais quatro. Vamos lá: presidência com três vices são quatro, mais oito secretarias, duas vices... quase 15 cargos. Quase 20% dos deputados têm que ter cargos. "Mas nós não queremos cargo algum, diz o bloco!".